

CURSO COMPLETO SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Procedimento Licitatório, Definição do escopo da contratação de obras, Contratação integrada e semi-integrada e Gestão e Fiscalização dos Contratos

APRESENTAÇÃO:

A boa gestão contratual de obras públicas começa pela elaboração do projeto básico, passando pela preparação dos documentos editalícios e, após a assinatura do contrato, continua com uma fiscalização eficiente. A falta de conhecimentos técnicos, jurídicos e gerenciais leva a decisões inadequadas no processo licitatório e na fiscalização de contratos, como alguns fiscais de contrato que aceitam pleitos indevidamente, ficando sujeitos a responsabilização por danos causados à Administração Pública Direta e às Estatais, ou se omitindo em decisões de sua responsabilidade.

A abordagem do curso visa passar aos profissionais que atuam no processo de licitação e contratação de obras e serviços de engenharia, ferramentas e métodos para realizar um bom processo licitatório e, conseqüentemente, uma fiscalização eficiente, apresentando também soluções práticas para análise de pleitos contratuais em situações recorrentes, tais como reequilíbrio econômico-financeiro, dilação de prazos de execução, acréscimos de administração local, acréscimos de serviços por erro de quantitativos e recursos de aplicação de penalidades.

Com uma abordagem prática, baseada em estudos de casos, o curso visa preparar, de forma definitiva, profissionais e servidores para atuar nas licitações e nas contratações de obras e serviços de engenharia. Em especial, buscando atender os seguintes objetivos específicos:

- Situar os participantes quanto as principais novidades no tema OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA decorrentes da edição da nova Lei de Licitações e Contratos e as diferenças quando adotada a Lei das Estatais (caso haja participantes em sala de aula);
- Discutir temas polêmicos envolvendo a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas, contextualizando diferenças e semelhanças entre a Lei 8.666/93 e a nova Lei de Licitações e Contratos e a Lei das Estatais (quando for o caso), em alinhamento com a doutrina, jurisprudência e interpretação dos órgãos de controle;
- Apresentar ferramentas para a solução dos problemas que rodeiam a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas;
- Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas, em especial as contratações integrada e semi-integrada.

QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

A capacitação é destinada a servidores e empregados públicos que atuam direta ou indiretamente na execução dos contratos administrativos; Integrantes de comissões de licitação; Profissionais que atuam na elaboração de editais e documentos afins; Servidores integrantes do gerenciamento de contratos; membros de comissão de apuração para fins de aplicação de sanções; gestores de contratos; fiscais de contratos; ordenadores de despesa; assessoria jurídica; auditoria; controle interno; Agentes públicos em geral; Profissionais do sistema CONFEA/CREA e CAUBR/CAUS; Procuradores; Auditores; Servidores integrantes do controle interno e de Tribunais de Contas; Agentes envolvidos no planejamento e processamento de documentos técnicos, administrativos e jurídicos. Outros que necessitem conhecer as melhores práticas para combater irregularidades nas licitações e contratações públicas.

QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

Procedimento licitatório na Nova Lei de Licitações e Contratos:

- Qualificação técnica (inclusive considerando subcontratação);
- Análise de preço inexequível (obras, projetos e serviços de engenharia);
- Decisões da comissão de licitação que afetam diretamente a gestão contratual;
- A importância do orçamento de referência;
- A diferença entre o orçamento de referência e o orçamento da proposta;
- Definição de preço inexequível;
- Valor de referência x prazo para elaboração do orçamento e fase interna da licitação.

Definição do escopo da contratação de obras:

- Anteprojeto: como reduzir o grau de imprecisão na definição do escopo do contrato;
- Projeto básico: elementos mínimos na nova Lei de Licitações e Contratos e diferenças em relação a Lei 8.666/93;
- Projeto executivo: definição e aplicação, segundo a nova Lei de Licitações e Contratos e a Lei das Estatais;
- Contratações de projeto (inclusive modalidade e qualificação técnica);
- Boas práticas de gestão de projetos;
- Previsão do BIM na Nova Lei de Licitações e Contratos;
- O papel do responsável pela análise de projetos;
- Que informações editalícias e contratuais devem constar no envio do anteprojeto/projeto básico para a licitação;
- O papel do responsável pela análise de projetos;
- O enfoque econômico na análise de projetos;
- A mudança de enfoque na análise de projetos da contratação integrada;
- Os cuidados na definição do cronograma de execução (inclusive físico-financeiro de obras, a elaboração das metas de resultado e sua vinculação na fase de medição e

pagamento), com exemplos práticos e apresentação de modelos de outros órgãos, se houver;

- A matriz de riscos e definição de quais contratos deverão prever a matriz de riscos;
- Elaboração de modelos de ETP.

Gestão e Fiscalização dos Contratos:

- Cláusulas contratuais;
- Principais novidades;
- Fiscal x gestor do contrato;
- Atuação da fiscalização em contratos públicos – como exercer a supremacia de poder;
- Fiscalização de encargos trabalhistas e previdenciários;
- Contratação de consultores e empresas supervisoras;
- Exigência de ART;
- Diário de obras – elementos mínimos;
- Elementos mínimos para medição e ateste de serviços;
- Alteração contratual referente a erros de quantidades no orçamento em empreitada por preço global;
- Amparo legal para fiscalização;
- Atribuições da fiscalização;
- Especificações técnicas – definições;
- Análise de pleitos de prorrogação de prazos;
- Consequências de editais mal elaborados e projetos básicos falhos na gestão do contrato público;
- Principais problemas em contratos e como solucioná-los à luz da legislação;
- Procedimentos para realizar aditivos contratuais;
- A visão dos órgãos de controle em relação ao procedimento licitatório e a gestão do contrato;
- Medição e recebimento dos serviços;
- Critério de quantificação de serviços;
- Alteração contratual referente a erros de quantidades no orçamento em empreitada por preço global;
- Reajuste: data base e quantificação dos valores devidos;
- O que pode ser alterado no escopo do contrato;
- Reequilíbrio econômico-financeiro – a especificidade da contratação integrada;
- Reequilíbrio econômico-financeiro – diretrizes e aspectos formais e materiais para a elaboração de instrução normativa; análises de casos / instruções de outros órgãos; exame das solicitações sob duas principais abordagens – aspectos jurídicos e avaliação dos aspectos matemáticos ou metodológicos do pleito; estudos e exemplos de jurisprudências mais recentes, referenciais sob o tema; e marcos temporais para apresentação do pleito, análises do órgão, instruções, respostas e decisões.;
- Na alteração contratual, o que deve ser imposto à contratada e o que ela é obrigada a aceitar;

- Na negociação, argumentos para convencer a contratada a aceitar o que não é obrigatório, e o que fazer quando não é aceito;
- Notificações e abertura de processo administrativo;
- Cuidados da fiscalização para evitar oportunidades de pleitos indevidos – o que pode ser cobrado da contratada e como deve ser exigido sem comprometer a fiscalização;
- Checklist para análise de reequilíbrio econômico-financeiro – o que deve ser apresentado de informações pela contratada;
- Aplicação de penalidades – principais erros cometidos na análise de recursos de multas contratuais e o que deve ser feito para que a multa seja efetiva;
- Cuidados na análise de pleitos de dilação de prazos – como separar o que a contratada tem de direito e os impactos financeiros na aceitação da dilação de prazos;
- Saber diferenciar a análise de acréscimos de quantidades em empreitada por preço global da empreitada por preço unitário;
- Fruto de erro de projeto, como quantificar o acréscimo de quantidades de serviços em empreitada por preço global;
- Parcela compensatória negativa em aditivos contratuais – quando aplicar e argumentação adotada;
- Nos pleitos de pagamento de reajuste – cuidados no controle de pagamento do reajuste, não pagando por saldo contratual;
- Aplicação de penalidades – principais erros cometidos na análise de recursos de multas contratuais e o que deve ser feito para que a multa seja efetiva;
- Apresentação de situações reais e possíveis soluções para análise de pleitos contratuais;
- Casos de extinção do contrato e maneiras de evitar que a Administração dê causa (exemplos práticos).

Contratação integrada e semi-integrada:

- Definição;
- Motivação do uso;
- Nível de precisão do Anteprojeto e seus impactos na gestão das contratações integradas;
- Orçamento da contratação integrada e aplicabilidade do Sicro/Sinapi;
- Aditivos na contratação integrada;
- Matriz de riscos nas contratações integrada e semi-integrada;
- Seguros;
- Diferenças para a contratação integrada e a semi-integrada;
- Orçamento nas contratações semi-integrada e novidades na nova Lei de Licitações e Contratos;
- Responsabilidade pela emissão das licenças ambientais e estudos de desapropriação nas contratações integradas e semi-integrada.

QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



Prof. André Kuhn

Profissional certificado por Notório Saber em Engenharia de Custos pelo IBEC/ICEC (*International Cost Engineering Council*). É um dos maiores especialistas do Brasil no tema licitação de obras públicas. Mestre em Engenharia Civil.

Atuou como Secretário de Engenharia e Arquitetura do Ministério Público Federal; Foi Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; Foi Presidente do Conselho de Administração da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias; Atou como Diretor Presidente da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias atuando diretamente na contratação e gerenciamento de grandes obras de engenharia.

Autor dos livros: "Qualidade e Licitação de Obras Públicas: uma Análise Crítica"; "Contratos de Obras Públicas – Uma Visão Gerencial" e coautor do livro "Lei das Estatais Comentada – Lei 13.303/16".

DATAS E LOCAIS - MODALIDADE PRESENCIAL:

Horário: 08h30 às 16h30

Carga Horária: 21 horas

Duração: 03 dias

Investimento: R\$ 3.590,00 (incluindo certificado de conclusão, mochila executiva, material didático, kit do aluno, coffee-break e almoço).

**Caso deseje se hospedar no hotel onde será realizado o curso, identifique-se como aluno Esafi no ato da reserva.*

▪ Turma 03 – DEZEMBRO – FORTELEZA, CE:

Data: 04, 05, e 06 de dezembro de 2024

Local: Fortaleza, CE - [Hotel Beira Mar](#) | **Tel.:** (85) 4009-2000

FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado por meio de transferência bancária para as seguintes contas:

- Banco do Brasil: Ag. 0021-3 | Cc. 104154-1;
- Caixa Econômica Federal: Ag. 1564 | Cc. 908-8 (Operação 003).

DADOS PARA EMPENHO:

Esafi - Escola de Administração e Treinamento Ltda

CNPJ: 35.963.479/0001-46

AV. Rio Branco, 1765, Salas 205 e 206 - Praia do Canto, Vitória, ES - CEP: 29055-643

MAIS INFORMAÇÕES

Telefone: (27) 3224-4461

WhatsApp: (27) 98178-2266

E-mail: esafi@esafi.com.br

Site: www.esafionline.com.br

PARA FAZER SUA INSCRIÇÃO AGORA, CLIQUE NO BOTÃO ABAIXO:

QUERO ME INSCREVER